

A PROPOSTA BILINGUE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: O ENSINO DA MATEMÁTICA EM EVIDÊNCIA

Tayná Maria Amorim Monteiro Xavier – UEPB
tayna.mamx@gmail.com

Juan Felipe de Azevedo Falcão – UEPB
juanmelo456@gmail.com

Cláudio Silva de Souza- UEPB
Claudio.silva_2012@hotmail.com

Camila Victor Araújo- UEPB
cvictormila@gmail.com

Prof. Esp. Nehemias Nasaré Lourenço (Orientador) – UEPB
prof.nemo@hotmail.com

Se colocarmos a Educação Especial em evidência, poderemos cometer algumas falhas, tais como dizer que esse tipo de educação é igualitário ao da Educação Inclusiva ou que ambas tiverem o mesmo nascedouro. A diferenciação entre ambas é de fundamental importância para compreendermos o cenário que está sendo construído no âmbito educacional brasileiro hodiernamente. Contudo, devido à modalidade escolhida para apresentarmos a temática que intitula este estudo, necessitaremos fazer um breve regresso histórico sobre a Educação Especial voltado à pessoa surda. Primeiramente, cria-se que o surdo era portador de uma doença, e não deficiente. Logo, cria-se que havia uma cura para o mesmo (COUTO, 2006). Assim sendo, acreditava-se que os mesmos poderiam “voltar” a falar - é necessário que se compreenda aqui que essa ideia de falar é voltada para o uso da voz. A segunda fase ficou marcada pelo bimodalismo, que propunha o ensino do português e da LIBRAS concomitantemente. Contudo, essa ideia não surtiu uma sensação de positividade, isto é, não aconteceu o que se esperava, pois um dos problemas que essa nova teoria, linha de ensino, apresentou foi o desrespeito às normas gramaticais ou de uma língua ou da outra quando da prática dessa modalidade. À guisa de exemplificar o exposto, tomemos a frase “Eu comprei um livro”. Percebemos que a ordem sintática da frase segue a linha, isto é, sujeito-verbo-objeto. Contudo, essa é uma das principais diferenças entre a Língua Portuguesa e a LIBRAS é a ordem sintática de ambas (QUADROS; KARNOPP, 2004). Conquanto que em Português a ordem é canônica, em Libras há a preferência de o verbo vir no final da frase, no caso, a frase seria: Eu livro comprar. Logo, fica evidente que se exige do tradutor/intérprete de LIBRAS o próprio enunciador uma habilidade que é difícil de conseguir, visto que terá que oralizar a frase “Eu comprei um livro”, mas sinalizar “Eu livro comprar” ao mesmo tempo. Surge, então, a terceira fase, qual seja, o bilinguismo. A proposta bilíngue apresenta duas possibilidades: a primeira é pautada na ideia de que o surdo deverá primeiramente aprender a Língua De Sinais e após estar bem fundamentada, ou seja, internalizada, ele poderá partir para o aprendizado da Língua Portuguesa. A segunda possibilidade consta no fato de que ambas as línguas podem ser ensinadas ao mesmo tempo. Essa derradeira fase é a que encontramos hoje nas escolas e/ou instituições nas quais os surdos assumem o papel de alunos, ainda que estes sejam

a minoria constituinte do corpo discente. Diante do exposto até agora, fica fácil de percebermos que o ambiente escolar, através ou fazendo uso da proposta bilíngue, possibilitou e ampliou a oferta das Escolas Inclusivas. Neste tipo de escola, os surdos e os ouvintes têm as mesmas condições de aprender de maneira igualitária, ou seja, não haverá o beneficiamento de um em detrimento do outro em qualquer disciplina, seja esta da área de humanas, saúde ou exatas. Será? Essa dúvida foi crucial para a feitura deste pôster, pois como estudantes do curso de Licenciatura Plena em Matemática, nos preocupamos com a qualidade de ensino da mesma nas escolas e por que não nas escolas ditas especiais e/ou inclusivas. Assim sendo, buscamos averiguar como o ensino dessa disciplina, por vezes chamada de chata, difícil e complicada, está sendo dado na Escola de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima – EDAC na cidade de Campina Grande-PB. Para que essa averiguação fosse possível, utilizamos como recursos metodológicos a análise bibliográfica sobre o tema “surdez”, sobretudo sobre a “educação de surdos” (GESSER, 2012 ; QUADROS, 1997) também de uma pesquisa in loco, de entrevistas semi direcionadas e da pesquisação, por cremos que ela nos permite ver o problema de dentro e não de um ponto de vista externo (SEVERINO, 2007). Através da análise dos resultados, pudemos ver que a professora não possui o domínio dos temas que devem ser lecionados devido à sua formação acadêmica, pois na universidade pela qual se graduou em Licenciatura matemática, não há o período de estágio nas escolas – o que cremos ser uma grande falha dessa instituição de nível superior. Também, pudemos observar que o tempo da hora/aula chega quase a ser irrisório; afinal, os docentes dispõem de apenas meia hora para ministrar o conteúdo dado, fazer a verificação de conhecimento através de atividade em sala e se desejasse passar uma atividade para casa. Notamos também que a prática pedagógica da professora de matemática foge à essência da pedagogia da autonomia no tocante aos saberes necessários à prática educativa em muitos dos seus aspectos (FREIRE, 2014), como por exemplo, a inexistência da preocupação de assimilar o conteúdo a ser ministrado com a vida do aluno, isto é, a professora não busca fazer com que o conhecimento formal confabule com alguma experiência de vida dos alunos – o que torna a aula “chata” e improdutiva. Por fim, para piorar este cenário, notamos que a turma possui um conhecimento matemático extremamente caótico e preocupante, haja vista que os alunos, mesmo os que estão em séries mais avançadas, não possuem o domínio nem sequer das quatro operações básicas da matemática: somar, subtrair, multiplicar e dividir. Chegamos, por conseguinte, à seguinte conclusão: não há uma preocupação na formação dos professores de matemática, sobretudo os que atuam(rão) no ramo da Educação Especial e/ou Inclusiva. Também, que uma intervenção, seja através de minicursos, palestras, reuniões, etc. fazem-se necessárias tendo em vista o déficit que há na escola analisada.

Palavras-chave: Educação Especial. Surdos. Ensino de Matemática.